

		31/12/2023		31/12/2024	
		Controladora		Consolidado	
		Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Distribuição dos saldos (*)					
Imposto de renda e contribuição social diferido ativo			104.030	129.239	
Imposto de renda e contribuição social diferido passivo			(40.219)	(54.477)	
Totais			63.811	74.762	
(*) Saldos apresentados líquidos por entidades tributáveis, considerando possíveis planos de reestruturação societária, conforme previsto pelo CPC 32 - Tributo sobre Lucro.					
Conforme estimativas existentes de lucros tributáveis futuros, o Grupo estima recuperar os ativos fiscais diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa até 2034, de acordo com o seguinte cronograma:					
Ano		Consolidado			
Ano 1		12.179			
Ano 2		12.169			
Ano 3		16.327			
Ano 4		19.614			
Ano 5		24.331			
Ano 6 em diante		114.993			
Total		202.013			
Ativos fiscais diferidos não reconhecidos: Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação ao saldo total de prejuízo fiscal, pois não é totalmente certo que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar integralmente seus benefícios. O prejuízo fiscal não contabilizado em 31 de dezembro de 2024 de R\$386.877 (R\$414.909 em 31 de dezembro de 2023). c) Conciliação da taxa efetiva: A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social, debitada em resultado, é demonstrada como segue:					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		25.857	21.362	28.464	26.273
Alíquota fiscal combinada		34%	34%	34%	34%
Prejuízo líquido após impostos		(8.791)	(7.253)	(9.678)	(8.933)
Adições e exclusões:					
Equivalência patrimonial		12.038	9.659	-	-
Subvenções governamentais		-	-	-	4.060
Efeito IR do prejuízo fiscal das controladas não reconhecido		(3.263)	(2.418)	(2.813)	(2.538)
Outras adições (exclusões) permanentes, líquidas		16	22	2.553	620
Imposto de renda e contribuição social - corretivos		-	-	(13.558)	(9.407)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		-	-	10.951	4.496
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício		-	-	(2.607)	(4.911)
Alíquota efetiva		0%	0%	9%	19%
Resultado por ação		-	-	-	-
a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social integralizado é de R\$1.035.235, dividido em 50.024.842 ações ordinárias, nominativas, escrituras e sem valor nominal. A referida rubrica apresenta-se deduzida dos gastos com emissão de ações com a oferta pública de distribuição primária no montante de R\$31.321, totalizando R\$1.004.004 em 31 de dezembro de 2024 e 2023. b) Reserva de lucros: Reserva legal: Constituída à taxa de 10% da lucra líquida após impostos nos termos do art. 153 da Lei nº 6.404/76, com o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, não foi constituída reserva legal pelo fato do Grupo ter compensado prejuízo de exercícios anteriores. c) Dividendos: O Estatuto social determina um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei 6.404/76. Não foi constituído provisão para pagamento de dividendo mínimo obrigatório pelo fato do Grupo ter compensado prejuízo de exercícios anteriores.					
Resultado básico: O cálculo básico do resultado por ação em 31 de dezembro de 2024, foi feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade da média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, comparativamente com o exercício final em 31 de dezembro de 2023, conforme quadro abaixo:					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
22. Resultado atribuído aos acionistas		25.857	21.362	25.857	21.362
Quantidade de ações (em milhares - média ponderada)		50.083	50.093	50.083	50.093
Resultado por ação básica (R\$)		0,511	0,427	0,511	0,427
Resultado líquido: Não há efeitos líquidos no resultado por ação, sendo desta forma resultado básico igual ao líquido.					
23. Recuperação operacional, líquida		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Vendas de produtos		2.263.914	1.834.667	2.263.914	1.834.667
Dívidas		(163.658)	(174.229)	(163.658)	(174.229)
Devoluções		(19.813)	(11.129)	(19.813)	(11.129)
Receta operacional, líquida		2.100.443	1.749.309	2.100.443	1.749.309
Receta de venda de produtos refer-se integralmente à atividade fim do Grupo (varejista farmacêutica), substancialmente representada por vendas em balcão à vista e por cartão de débito e crédito para o consumidor, em sua totalidade realizada no território brasileiro.					
25. Resultado financeiro		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Despesas financeiras		-	(4.246)	(4.299)	-
Juros e encargos financeiros e financiamentos		-	(146)	(160)	-
Juros S/ parcelamentos de impostos		-	(31.534)	(24.521)	-
Encargos sobre arrendamento		(376)	(724)	-	-
Múltiplos partes relacionadas		(30)	(402)	(7.124)	(1.932)
Totais		(406)	(402)	(7.124)	(30.112)
27. Receitas financeiras		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Juros		48	430	1.753	2.540
Atualizações monetárias ativas		48	71	6.217	3.322
Outros		-	-	33	-
Totais		96	501	8.003	5.862
Resultado financeiro		(310)	99	(34.771)	(25.250)
26. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco					
O Grupo e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é elaborada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica de exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros, etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratuais versus as condições vigentes no mercado. O Grupo e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração do Grupo. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram estimados por meio de informações disponíveis no mercado, estimativas e metodologias apropriadas. Entretanto, foram aplicadas julgamentos e interpretações para produzir o valor de realização mais adequado. Os montantes estimados a partir desta metodologia, não necessariamente podem ser realizados no futuro. A administração e acompanhamento destes instrumentos são realizados através de monitoramento sistemático, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. 26.1. Risco de capital: O Grupo mantém uma sólida base de capitais para obter a confiança do investidor, credor e mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. O retorno sobre o capital aplicado considerando os resultados das atividades econômicas são monitorados. A Administração procura manter um equilíbrio entre os riscos e retornos dos investimentos, buscando níveis mais adequados de financiamentos, tendo como vantagem uma posição de capital saudável, e que contribui para a obtenção de custos de financiamento mais baixos. 26.2. Valor justo versus valor contábil: A Administração entende que ativos e passivos financeiros são avaliados em valor justo, com base no preço de mercado ou no valor justo. Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:					
		Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos mensurados pelo custo amortizado		57.598	57.598	44.229	44.229
Caixa e equivalentes de caixa		196.308	196.638	160.447	160.447
Caixa a receber		-	-	-	-
Ativos mensurados pelo valor justo		-	-	-	-
Emprestimos e financiamentos		21.201	21.201	-	-
Derivativos Passivos - Swap		(45)	(45)	-	-
Passivos mensurados pelo custo amortizado		11.670	11.670	26.834	27.195
Emprestimos e financiamentos		368.008	368.008	268.483	268.483
Forneceores		5.727	5.727	4.545	4.545
Forneceores - risco sacado		348.113	347.113	257.118	257.118
Outras contas a pagar		8.262	8.262	16.161	16.161
Outras contas a receber		-	-	-	-
Os valores apresentados acima a hierarquia do valor justo de acordo com o método de avaliação utilizado pelo Grupo. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir: • Nível 1: dados provenientes de mercado do ativo (preço cotado no nível 2) de forma que seja possível acessar diretamente inclusive na data da mensuração do valor justo; • Nível 2: dados de fontes dos provedores de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, entrada de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado; • Nível 3: dados extraídos de fontes não observáveis e baseado em respostas não observáveis de mercado. 26.3. Valores em instrumentos financeiros: A Caixa e equivalentes de caixa: As taxas de juros que remanescem os equivalentes de caixa do Grupo, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, se aproximam das taxas de mercado para operações de natureza, prazo e risco semelhantes, de forma que, os saldos contábeis dos equivalentes de caixa são similares aos de mercado. b) Emprestimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos através do custo amortizado (média nacional) e das taxas de mercado para instrumentos de natureza, prazo e risco semelhantes aos de mercado e o valor contábil dos empréstimos seja diferente do seu valor de mercado. O valor justo é calculado utilizando metodologias de fluxo de caixa descontado. c) Instrumentos financeiros - Swaps: Mensurados ao valor justo tem como objetivo a proteção às oscilações das moedas estrangeiras. As operações de swap em aberto foram contratadas simultaneamente às operações de empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, tornando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI, sendo, no entanto, caracterizados como hedge. Os ganhos e perdas gerados pela apropriação de juros e ajustes para a marcação a mercado estão registrados no resultado. Os swaps estão reconhecidos pelo seu valor justo. Em todos os swaps contratados o Grupo recebeu a variação cambial acrescida de taxa pré-fixada ("Ponta Ativa") e em contrapartida pagará a variação de um percentual do CDI ("Ponta Passiva"). O valor justo do ponto ativo é o preço de mercado do CDI em dólares na data de vencimento da operação e descontado a valor presente pelo fator por taxa temporal do cupom cambial em dólares correspondente à data de vencimento na data de cálculo. O valor justo do ponto ativo é igual ao valor presente em dólar multiplicado pelo Dólar Fixo de fechamento da data de fato. O valor justo da ponta passiva é calculado da seguinte forma: é calculado o valor em reais na data de cálculo através da apropriação direta do fator do percentual do CDI de cada contrato. A partir desse valor é calculado o montante estimado na data de vencimento através da multiplicação da taxa pré-fixada brasileira de mercado pelo percentual do CDI contratado. O valor justo da ponta passiva é igual ao montante estimado na data de vencimento descontado a valor presente pelo fator por taxa temporal da taxa pré-fixada brasileira. O valor a ser liquidado no vencimento será a diferença entre a ponta ativa e a ponta passiva. Os valores do cupom cambial em dólares e da taxa pré-fixada são obtidos através de fontes externas confiáveis e atualizadas diariamente. Os procedimentos de avaliação utilizados para os instrumentos financeiros enquanto a cotação dólar norte-americano está em dívida no Banco Central do Brasil ("Bacen"). As operações de swap utilizadas para proteção de empréstimos estão resumidas a seguir:					
		Controladora		Consolidado	
		Valor de referência (Nacional)	Valor justo	31/12/2024	31/12/2023
EURO SPO1 LIN - A+325% ao ano no Banco do Brasil		0.631	(29)		
Vencimento: 02/02/26		0.631	(29)		
Total operação - Banco do Brasil		0.631	(29)		
EURO SPO1 LIN - A+325% ao ano no Banco do Brasil		10.643	(16)		
Vencimento: 02/02/26		10.643	(16)		
Total operação - Banco do Brasil		10.643	(16)		
Total posição Ativa/Passiva		21.214	(45)		
Ativo não circulante		-	-		
Passivo circulante		21.214	(45)		
Passivo não circulante		-	-		
26.4. Gerenciamento de risco: a) Risco de crédito: As políticas de vendas e concessão de crédito do Grupo estão sob rigorosa direção de crédito da Administração, que consiste no constante monitoramento dos saldos e operações individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidades de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossa obrigação não obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burfar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos					

As Ações, Conselheiros e Diretores da D1000 Varejo Farma Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo Farma Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do fluxo de caixa, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício final nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício final nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS - Base para opinião"). Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. **Responsabilidades da administração:** É responsabilidade da administração da Companhia assegurar que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais regras de acordo com essas normas. Assumimos a responsabilidade pela governança da auditoria e pela integridade e confiabilidade das informações contábeis e financeiras. **Princípio da auditoria:** Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de nossa auditoria trata-se de assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras totadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades da auditoria pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, formam a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Recuperação de ativos não financeiros ("Impairment").** Conforme mencionado nas Notas 4.2.k, 4.2.n e 15.a em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui ativos não financeiros significativos, representados principalmente pelo ativo intangível, que inclui os ativos por rentabilidade futura gerados em combinações de negócios, e créditos fiscais diferidos. Tais ativos são revisados anualmente com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas cir-

constâncias econômicas e operacionais que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, sendo que ativos intangíveis com vidas úteis indefinidas, incluindo o ativo, devem ser submetidos a testes de recuperabilidade ("impairment") anualmente, independentemente de indicadores de deterioração. A avaliação da recuperabilidade desses ativos, incluindo a definição das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), tem alto grau de subjetividade, assim como é baseado em diversas premissas cuja realidade é afetada por projeções de mercado e condições econômicas incertas. Devido à relevância dos saldos, o nível de incerteza a alto grau de julgamento inerentes à determinação dos valores recuperáveis correspondentes, consideramos este tema um assunto significativo para a auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros (i) a avaliação dos critérios de definição e identificação das UGCs; (ii) o envolvimento de especialistas em nos auxiliar na avaliação das projeções elaboradas pela diretoria para recuperação destes ativos; (iii) avaliação da adequação e consistência das premissas utilizadas nas estimativas e projeções dos fluxos de caixa futuros comparando-as, quando disponíveis, com dados de fontes externas, tais como o crescimento econômico projetado e a inflação de custos; (iv) avaliação da metodologia de cálculo e análise de sensibilidade das premissas; e (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre esse assunto nas demonstrações financeiras. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável dos ativos não financeiros, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de valor recuperável adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações, são apropriados e adequados para a finalidade da auditoria, em conjunto com o teste de valor recuperável. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (OVA) referentes ao exercício final em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório de auditoria:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que complementam o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossas responsabilidades e o de seu relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou de

controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à liquidação significativa em virtude da incapacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossa auditoria. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre os aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas dos controles internos que identificamos durante o curso da auditoria, parâmetro único, inciso III, da Resolução CMC 018/2022, conforme alterada, emite o seguinte parecer: "A Administração da Companhia é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo Farma Participações S.A., assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. O Auditor Independente é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da D1000 Varejo Farma Participações S.A., que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes. O Comitê de Auditoria, com base nos documentos examinados descritos no primeiro parágrafo e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo Farma Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração". Rio de Janeiro, 11 de março de 2025. **Membros:** Fernando Perrone - Coordenador do Comitê de Auditoria; Fernando Gamaeleira - Membro do Comitê de Auditoria; Pedro Jaime Cervatti - Membro do Comitê de Auditoria.

outros fatores, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo "International Accounting Standards Board" (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. No elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidades de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossa obrigação não obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burfar os controles internos, colusão, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à liquidação significativa em virtude da incapacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossa auditoria. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre os aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas dos controles internos que identificamos durante o curso da auditoria, parâmetro único, inciso III, da Resolução CMC 018/2022, conforme alterada, emite o seguinte parecer: "A Administração da Companhia é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo Farma Participações S.A., assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. O Auditor Independente é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da D1000 Varejo Farma Participações S.A., que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes. O Comitê de Auditoria, com base nos documentos examinados descritos no primeiro parágrafo e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo Farma Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração". Rio de Janeiro, 11 de março de 2025. **Membros:** Fernando Perrone - Coordenador do Comitê de Auditoria; Fernando Gamaeleira - Membro do Comitê de Auditoria; Pedro Jaime Cervatti - Membro do Comitê de Auditoria.

controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar à liquidação significativa em virtude da incapacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nossa auditoria. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre os aspectos do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas dos controles internos que identificamos durante o curso da auditoria, parâmetro único, inciso III, da Resolução CMC 018/2022, conforme alterada, emite o seguinte parecer: "A Administração da Companhia é responsável pela correta elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo Farma Participações S.A., assim como pela implementação e manutenção de sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos condizentes com o porte e a estrutura da Companhia. Cabe, também, à Administração estabelecer procedimentos que garantam a qualidade dos processos que geram as informações financeiras. O Auditor Independente é responsável pela auditoria das demonstrações financeiras e deve assegurar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da D1000 Varejo Farma Participações S.A., que foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas e procedimentos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. No cumprimento de suas atribuições, as análises e avaliações procedidas pelo Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração e dos Auditores Independentes. O Comitê de Auditoria, com base nos documentos examinados descritos no primeiro parágrafo e nas informações prestadas pela Administração e pelos Auditores Independentes, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações decorrentes do escopo de sua atuação, entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da D1000 Varejo Farma Participações S.A. em 31 de